

1ª PLENÁRIA NACIONAL SOBRE SAÚDE E MIGRAÇÃO

Saúde e Migração em tempos de Covid-19

Etapa Regional Sudeste

A Etapa Regional Sudeste da 1ª Plenária Nacional Saúde e Migração ocorreu nos dias 22 e 23/07 do ano de 2021. Foram 53 registros de presença durante os dois dias de debate, e 26 diferentes organizações, serviços e instituições representadas. Além disso, tivemos inscrições de migrantes de Bolívia, Argentina, Venezuela, República Democrática do Congo, Espanha e Peru.

As organizações que participaram foram:

- Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI;
- Cáritas Arquidiocesana de São Paulo;
- Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (CSVM-UERJ);
- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC;
- Centro de Estudos da Metrópole - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/CEBRAP-USP);
- Centro de Referência e Atendimento do Imigrante (CRAI);
- Coletivo Cio da Terra;
- Coordenadoria Regional de Saúde Centro - Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo
- Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste - Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo;
- Del'Ágora Asociación;
- Instituto de Interpretação Comunitária Brasil;
- Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IMS-UERJ);
- Laboratório de Geografia, Ambiente e Saúde da Universidade de Brasília (LAGAS/UnB);

- Organização dos Advogados do Brasil - Seccional São Paulo (OAB/SP);
- Pinacoteca de São Paulo;
- Projeto Ponte - Instituto Sedes Sapientiae;
- Rede de Cuidados em Saúde para Imigrantes e Refugiados;
- Rede Sem Fronteiras;
- Secretaria de Estado da Saúde de Goiás;
- Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte;
- Universidade Católica de Santos;
- Universidade Federal de Minas Gerais;
- Universidade Federal do Paraná;
- Universidade Federal de Santa Catarina;
- Universidade Federal de São Paulo;
- Universidade de Brasília

Na Plenária Final, foram aprovadas 31 propostas entre as encaminhadas pelas relatorias dos Grupos de Trabalho, e aquelas formuladas durante os debates.

Seguem abaixo as propostas aprovadas:

1. Fomentar e fortalecer espaços de participação política para imigrantes nas diferentes instâncias do Estado.
2. Ampliar a formação dos profissionais da rede pública de atendimento à população sobre a importância da compreensão culturalmente adequada de experiências, sintomas e necessidades narradas e da temática da imigração e interculturalidade, .
3. Instituir políticas de interpretação comunitária nos equipamentos da rede pública.
4. Produção de materiais culturalmente diversos para os profissionais da rede pública de saúde.
5. Formação de mediadores culturais e intérpretes comunitários, além de capacitação continuada de servidores públicos para atuação nos serviços públicos a fim de facilitar o acolhimento de diferentes manifestações culturais e de narrativas de experiências individuais.
6. Ampliação do acesso aos serviços da rede de proteção à mulher.
7. Garantir mediação linguística e cultural nos encontros de saúde por meio de intérpretes comunitários capacitados;
8. Garantir acesso linguístico, não apenas em materiais escritos, mas especialmente através da tradução oral nas interações entre profissionais da saúde e usuários migrantes;

9. Desenvolver projetos sobre a importância da atuação de intérpretes comunitários profissionais no contexto da saúde;
10. Sensibilizar os conselhos de classe (médicos e enfermeiros) para a necessidade da mediação linguística por meio de intérpretes comunitários profissionais nos encontros de saúde;
11. Inclusão, dentro das políticas públicas, de oferta de serviço de intérprete comunitário voltado à população imigrante e indígena
12. Fomentar a criação de espaços de expressão cultural e artística, além de incentivar a utilização daqueles já existentes por parte de imigrantes e refugiados, considerando o contexto da pandemia, como forma de promover bem-estar emocional e mental;
13. Implementar projetos de criação de oficinas de leitura de imagens como ferramenta de resgate da subjetividade para a população imigrante/ ou pessoas com vulnerabilidade psíquicas se possível integração interdisciplinar com a rede pública de saúde levando em conta a parceria com profissionais (psicólogos e psicanalistas) e profissionais ligados a artes.
14. Incentivar o acesso de migrantes a editais de fomento destinados ao financiamento de projetos artístico-culturais, promovendo, por exemplo, oficinas de capacitação sobre construção de projetos, traduzindo editais e pleiteando o aceite de projetos submetidos em outras línguas;
15. Criação de projeto de acompanhamento para alunos imigrantes do ensino fundamental e médio nas escolas em que estão acolhidos pela ação de tutores com formação permanente na temática da migração e do refúgio.
16. Curso de português para imigrantes ofertado nas escolas públicas, para alunos e seus familiares;
17. A escola deve acompanhar as famílias imigrantes de forma mais próxima e ativa, para que possam compreender a estrutura da organização escolar e tenham adquiram autonomia para atuarem na vida escolar de seus filhos. A escola pode apropriar-se de acompanhamento psicossocial das famílias, entendendo-se como rede de apoio fundamental na integração social das crianças e adolescentes, porta de entrada para o território, atuando de forma mais próxima e ativa, para que os/as imigrantes possam compreender a estrutura da organização escolar e tenham adquiram autonomia para atuarem na vida escolar de seus filhos/as.
18. Monitoramento e acompanhamento das violações de direitos, entre os quais a saúde mental dos trabalhadores imigrantes das oficinas de costura, com a observação aos que são vítimas do trabalho análogo à

- escravidão e o tráfico de pessoas
19. Observação e fortalecimento das mulheres imigrantes e os cuidados com a saúde mental e física no contexto da pandemia de Covid-19.
 20. Mecanismos de campanhas de sensibilização para que os imigrantes possam usufruir do Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção ao direito de acesso independente da situação documental e/ou do status migratório.
 21. Oferecimento de capacitação e sensibilização a gestores e equipes de apoio à população migrante (atendentes, profissionais de saúde e de assistência social, equipe jurídica, etc) sobre questões que promovem sofrimento ao migrante a se considerar:
 - a. Contexto relacionado aos motivos da migração
 - b. Vulnerabilidades específicas (isolamento, estranhamentos culturais, língua estrangeira, acesso a necessidades básicas)
 - c. Reconhecimento do migrante enquanto sujeito autônomo e desejante desta autonomia
 22. Elaboração de banco de dados atualizado com rede de profissionais de maneira municipal, estadual e regional
 23. Fomentar maior acesso à internet, baseado no desafio em manter o apoio psi à população migrante durante a pandemia
 24. Exigir maior investimento público na estruturação da política nacional de saúde mental reforçando a necessidade de uma abordagem antimanicomial e anti medicalizante.
 25. Acesso aos serviços de saúde mental observando a importância de abordagens verdadeiramente interculturais, e articulando formas de resistência aos desmontes em andamento.
 26. Necessidade de ampliar os estudos e pesquisas, bem como a divulgação dos resultados analisados, dos impactos da COVID – 19;
 27. Fortalecimento das redes de apoio e das formas de participação social;
 28. Criação de políticas públicas, para assegurar o acesso e exercício de direitos pelos migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados reconhecidos e apátridas.
 29. Reforçar visitas domiciliares no intuito de aumentar a conscientização de migrantes sobre questões de saúde, utilizando em especial Agentes Comunitários de Saúde migrantes que estejam em contato direto com as famílias
 30. Garantia de vacinação de migrantes mediante apresentação apenas do Cartão Nacional de Saúde (Cartão SUS), dispensando a apresentação de comprovantes de residência e facilitando a emissão do CNS por meio de orientações centralizadas no sentido de dispensar a necessidade de CPF para sua emissão;

31. Promover campanhas de vacinação contra covid-19 e outras doenças em locais com notória concentração de migrantes na cidade (no caso de São Paulo, recomenda-se a região do Brás, República, Praça da Kantuta e bairros do extremo leste da cidade),
32. Organizar campanhas publicitárias em vários idiomas voltadas especificamente à população migrante com objetivo de incentivar a vacinação contra covid-19: *"Mieux vaut prévenir que guérir, faite- vous vacciner, c'est un droit le plus légitime pour Tous"*.